



O Consolidar de um percurso

Teve início em anos anteriores um caminho que teve como principal objetivo o equilíbrio económico – financeiro do Município do Barreiro. Estávamos conscientes da importância que esse equilíbrio teria para a concretização da acção do Município no trabalho a prestar à população.

Analisámos, aprofundámos a discussão, alterámos formas e modelos de funcionamento, trilhámos um caminho, tomámos medidas, melhorámos.

Esta estratégia permitiu elaborar orçamentos muito equilibrados e efetuar uma gestão exigente sem colocar em causa o fundamental do normal funcionamento da atividade do Município.

Os resultados alcançados em 2013, vieram confirmar que a estratégia era a correta e que estávamos no caminho certo.

2014 vem consolidar esse percurso, ora vejamos:

Desde logo uma redução do valor global da dívida do Município em cerca de € 4.000.000 (uma redução € 14.500.000 acumulada desde 2012), aliado a uma redução da dívida a fornecedores na ordem dos € 2.200.000, um reforço do ativo em 40,93 % assim como uma diminuição do passivo de 5,16 %, um resultado líquido de € 9.420.314,54, assim como, o cumprimento das metas legais estabelecidas em matéria de dívida total e de pagamentos em atraso, são o espelho dos importantes objetivos alcançados com a estratégia delineada.



2014, foi, igualmente, um ano em que a execução da receita foi significativamente superior aos cabimentos do próprio ano, originado uma redução considerável dos encargos a transitar.

Implementámos a contabilidade de custos, uma importante ferramenta de gestão, com a certeza que é apenas mais um passo neste caminho e que, também aqui, precisamos de consolidá-lo.

Temos consciência do que realizámos até aqui e do que ainda pretendemos concretizar.

Não damos este percurso como findo, muito ainda há a percorrer.

Uma palavra de agradecimento a todos os eleitos e trabalhadores do Município que nos ajudaram a trilhar este caminho.

Nas autarquias como na vida, nada se constrói sozinho e nós queremos continuar, com o envolvimento de todos, eleitos, trabalhadores do Município e população do Barreiro.

É para esta última que desenvolvemos a nossa ação é com ela que iremos alcançar os nossos objetivos, com a certeza de que...” *enquanto houver estrada para andar, a gente vai continuar...*”.



I – Introdução

O presente Relatório de Gestão, dá cumprimento à legislação em vigor, nomeadamente, ao artigo 76º da Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e, ao n.º 13 do Decreto – Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Assim, pretende-se com este relatório, proporcionar uma visão da situação económica – financeira do Município do Barreiro no final do exercício de 2014, através da análise aos elementos da **Contabilidade Orçamental** – execução da receita e despesa e **Patrimonial** – balanço e demonstração de resultados.

É igualmente apresentada uma evolução da dívida de curto, médio e longo prazo de terceiros e a terceiros assim como, proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício.

Há semelhança do que temos vindo a apresentar, faremos uma análise à execução do PAEL.

O ano de 2014, foi o ano da implementação da contabilidade de custos.

Uma nova ferramenta de gestão que veio provocar uma grande alteração quer ao nível dos procedimentos, quer ao nível dos próprios registos contabilísticos.

Pela sua complexidade, fruto da dinâmica que uma autarquia como a do Barreiro está sujeita e pela dimensão do próprio plano de centros de custo, este sistema só poderia produzir resultados que permitissem uma leitura realista dos dados e que permitam de facto fornecer elementos para uma gestão ainda mais eficaz se, contar com a permanente colaboração de todos os serviços do Município e assim tem sido.

Todo este trabalho, tem permitido desenvolver uma série de procedimentos contabilísticos que, anteriormente só o eram realizados no final de cada exercício.

Em 2014, a receita do município, foi superior aos cabimentos (receita e cabimentos de 2014) em € 3.367.207, o que originou uma redução significativa dos encargos a transitar para 2015.

A gestão efetuada em 2014, permitiu, como se pode constatar pelos dados apresentados, reforçar o equilíbrio económico / financeiro que já se vinha a verificar.

Desde logo, pelo resultado líquido positivo alcançado no montante de € 9.420.314,54, superior ao de 2013 em € 3.107.718,66, assim como, pelo aumento do ativo líquido em 40,93% face ao ano anterior o que vem reforçar o anteriormente afirmado. Este reforço do ativo foi, fortemente influenciado pela valorização e consequente integração no património de toda a rede de águas e saneamento do Município.



Um reforço dos fundos próprios em 90,42 % por via do atrás descrito e, igualmente relevante, a manutenção da quebra do passivo em 5,16%.

Neste, dado, importa realçar a redução da dívida global a fornecedores (considerando tanto o médio e longo prazo como o curto prazo) no valor de € 2.186.678,50, assim como da dívida global (médio e longo excluída de acréscimo e diferimentos) no valor € 3.927.313,65.

No final de 2014, o Município do Barreiro não apresenta, tendo em conta o pressuposto da LCPA, pagamentos em atraso, reduziu substancialmente o seu prazo médio de pagamentos e face aos limites estabelecidos na Lei de financiamento das autarquias locais, um valor muito abaixo do seu limite para a dívida global.

Em suma, podemos afirmar que os rácios foram cumpridos.

Nos últimos 3 anos, o Município do Barreiro, reduziu a sua dívida global na ordem dos € 15.000.000.

Não foi um caminho fácil mas, permitiu construir orçamentos equilibrados, facilmente comprovados pelos resultados aqui espelhados. É imprescindível manter este caminho rumo à consolidação do equilíbrio alcançado.

Nesse sentido, o Município não poderá, ultrapassar os seus limites de fundos disponíveis, uma vez que, com o cumprimento destes e tendo em conta o carácter sazonal da receita, será possível manter o cumprimento da inexistência de pagamentos em atraso, reduzir a dívida global e consequentemente, cumprir com os limites previstos no OE para 2015.

É importante que todas as despesas a realizar em 2015 tenham enquadramento na previsão efetuada e que todos, sem exceção, contribuam para esta realidade.

O caminho não se afigura fácil, os desafios serão enormes, as exigências serão demasiadas, mas, com persistência, vontade e empenhamento de todos, será possível alcançar um cada vez maior equilíbrio das contas do Município e, no muito curto prazo, disponibilizar cada vez mais verbas para investimento.

II – Estudo da Evolução Orçamental

O estudo da evolução orçamental é feito com base nos segmentos da receita (receita bruta cobrada) e despesa (pagamentos), ligando-as, ulteriormente, a uma breve análise da execução das Grandes Opções do Plano.

1. – Receita

MAPA RESUMO DA RECEITA

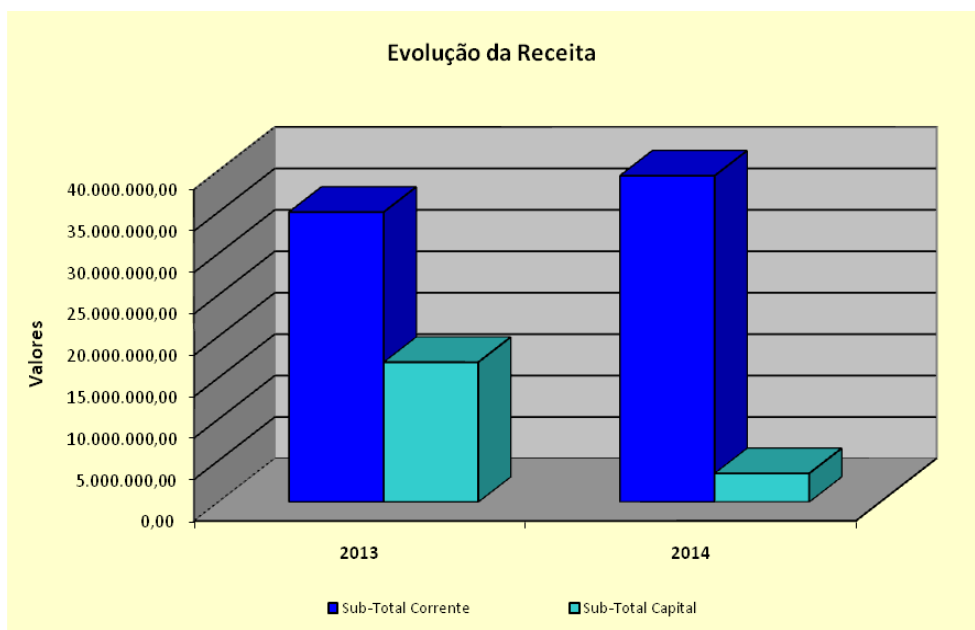
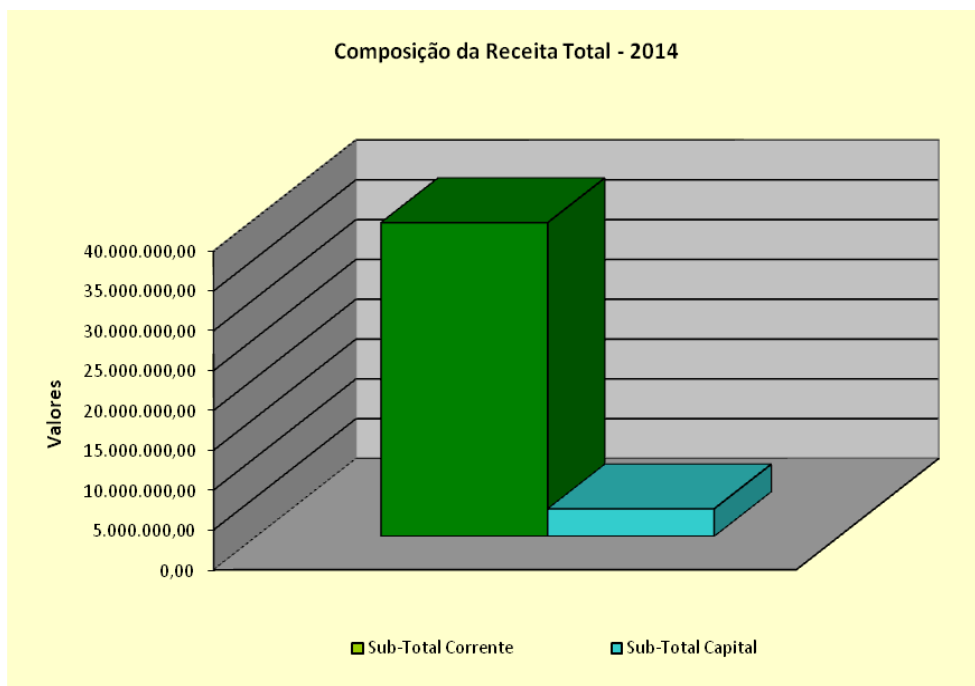
Designação	2013		2014		Variação (3) - (1)	
	Recebido (1)	Execução (2)	Recebido (3)	Execução (4)		
Corrente						
01	Impostos Directos	12.228.713,38	99,60%	14.749.955,56	108,01%	2.521.242,18
02	Impostos Indirectos	952.328,29	38,53%	1.422.466,11	33,70%	470.137,82
04	Tx, Multas e O. Penalidades	4.518.309,04	83,92%	4.574.788,20	95,84%	56.479,16
05	Rendimentos de Propriedade	47.385,04	67,69%	59.466,11	89,48%	12.081,07
06	Transferências Correntes	9.494.229,41	100,73%	9.444.564,15	97,56%	-49.665,26
07	Venda de Bens e Serviços	7.739.718,21	84,86%	9.126.836,86	97,38%	1.387.118,65
08	Outras Receitas Correntes	27.882,44	95,37%	10.692,07	50,92%	-17.190,37
	Sub-Total Corrente	35.008.565,81	90,28%	39.388.769,06	94,25%	4.380.203,25
Capital						
09	Venda de Bens de Investimento			3.000,00	150,00%	3.000,00
10	Transferências de Capital	4.108.678,90	61,07%	2.185.717,64	68,44%	-1.922.961,26
12	Passivos Financeiros		92,97%	163.732,23	98,80%	163.732,23
13	Outras Receitas de Capital		41,48%	32.809,54	9,65%	32.809,54
15	Reposições não Ab. Pagamentos	10.830,49	541,53%	8.106,00	324,24%	-2.724,49
16	Saldo da Gerência Anterior	992.745,26	100,00%	1.069.916,07	100,00%	77.170,81
	Sub-Total Capital	5.112.254,65	73,47%	3.463.281,48	72,55%	-1.648.973,17
	TOTAL GERAL	40.120.820,46	84,02%	42.852.050,54	92,03%	2.731.230,08

O volume global da receita (bruta), registou um decréscimo face ao ano anterior de € 9.043.311,67, sendo esta redução de 17,43%.

No entanto, se à receita de 2013, for retirado o montante do PAEL e das garantias bancárias, nomeadamente, das cordoarias, a receita de 2014, teria registado um acréscimo de € 2.731.230,08.

Apesar desta redução, resultado, essencialmente, no decréscimo verificado nas receitas de capital, por via dos passivos financeiros, accionamento de garantias bancárias e das verbas referentes a fundos comunitários, 2014 foi um bom ano de receitas do município.

Para este resultado, contribui fortemente a execução da receita corrente, com um aumento de € 4.380.203,25 face ao ano anterior.



Os Impostos Directos, que representam 34,42 % do total do Orçamento, apresentam uma execução de 108,01 % e um acréscimo de 20,62 % quando comparado com o ano anterior, que em termos absolutos traduzem um aumento de € 2.521.242,18.

Pelo expressivo peso que esta rubrica detém no total das receitas do Município, importa perceber a evolução de cada uma das suas componentes. Assim, o IMI, apresenta um acréscimo de € 1.921.159, i. é 22,58 %, face ao valor final de 2013, sendo a sua execução de 102,24 %, ou seja, € 10.391.412.

O IUC apresenta uma execução de 112,08%, ou seja, € 1,530.047, que se traduz num decréscimo de € 38.134, ou seja, - 2,43 %, face ao ano anterior.

O IMT com uma execução de 133,37 %, equivalente a € 2.367.919, que representa um aumento de € 502.967, ou seja, um acréscimo de 26,97 % em relação ao final de 2013.

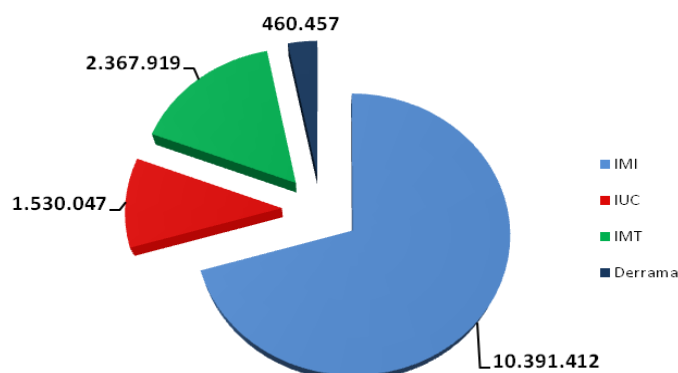
Por fim, a Derrama, com uma execução de 133,47 %, que em valores absolutos significa € 460.457, apresenta um aumento de 42 %, ou seja, € 136.200 face ao ano anterior.

Estrutura dos Impostos Diretos

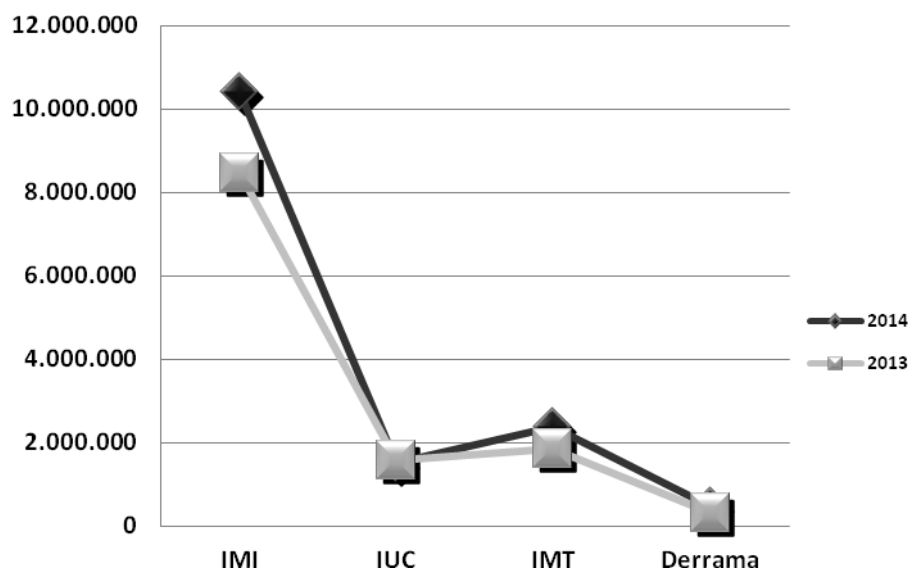
(Valores em Euros)

DESIGNAÇÃO	Orçamentado	Executado	Grau de Concretização
IMPOSTO MUNICIPAL S/ IMÓVEIS	10 164 000	10 391 412	102,24%
IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	1 365 175	1 530 047	112,08%
IMPOSTO MUNICIPAL S/ TRANSMISSÕES	1 775 500	2 367 919	133,37%
DERRAMA	345 000	460 457	133,47%
IMPOSTOS ABOLIDOS - CA	5 000	120	2,41%
IMP.ABOLIDOS-SISA	1 000	0	0,00%
TOTAL DOS IMPOSTOS DIRECTOS	13 655 675	14 749 956	108,01%

Execução dos Impostos Diretos



Evolução dos Impostos Diretos



Os impostos indirectos, registam uma execução de 33,70 %. Este valor, é superior em 49,41 %, ou seja, representa um acréscimo de € 470.391 face ao registado no final de 2013.

Para esta execução, contribuiu, em grande parte, a conclusão de alguns processos que se encontravam em execução fiscal o que, originou uma redução das dívidas para com o município, conforme se pode constatar na análise ao balanço na ordem dos € 810.075,00.

As taxas, multas e outras penalidades, com uma execução de 95,84 %, registam um aumento de 1,25 %, ou seja, um acréscimo de € 56.479 comparativamente com 2013.

As transferências correntes, com uma execução de 97,56 %, apresentam uma redução de € 49.665,26. Para este valor, contribui um aumento de € 300.722 nas transferências provenientes via Orçamento de Estado e uma redução de € 350.387 nas outras transferências correntes, nomeadamente as provenientes da DGESTE.

Importa salientar que as transferências globais provenientes do Orçamento de Estado registam uma redução de € 259.532 uma vez que, ao aumento de € 300.722 nas correntes, contrapõe-se uma redução nas de capital de € 560.254.

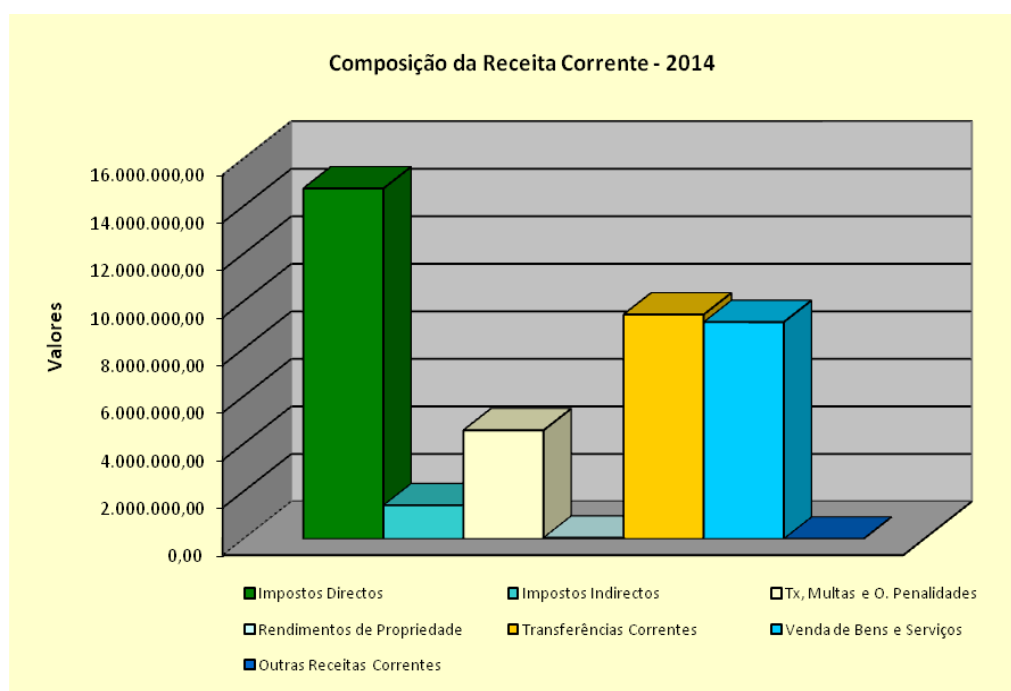
A rubrica de venda de bens e serviços apresenta um acréscimo de € 1.387.118,65 face a 2013, o que em termos percentuais equivale a 17,92 %.

Ao nível da venda de bens, verifica-se um decréscimo de € 127.494, ou seja, uma redução de 3,25%.

Esta redução, resulta, essencialmente num decréscimo da componente variável da venda de água de € 150.767,86 e de um aumento na componente fixa de € 23.463,46 face ao ano anterior.

A venda de serviços e rendas, apresentam um aumento de € 1.514.612, face a 2013.

Este acréscimo, resulta, em grande parte do aumento na rubrica de resíduos sólidos urbanos que no seu total apresenta um acréscimo de € 394.407,76 e, do registo das rendas da EDP referentes a 3 trimestres de 2013, por via do fim do diferendo que existia com a EDP relativamente à leitura dos consumos de iluminação pública.

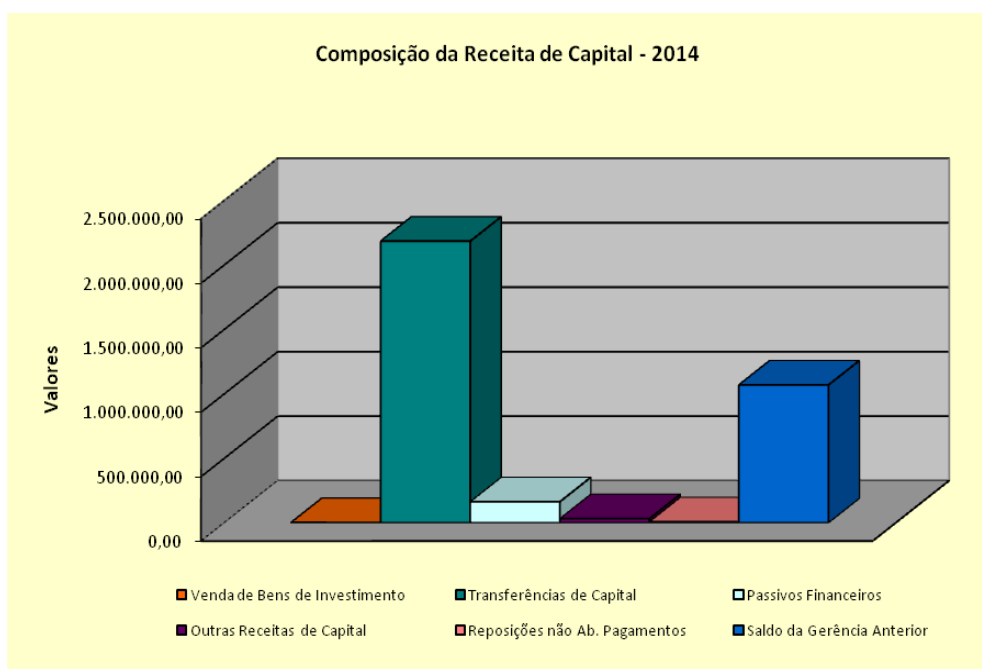


As receitas de capital, registam uma execução de 72,55 %, do seu valor previsional, apresentando um decréscimo de 79,49 % em relação ao mesmo período de 2013. Com exceção do saldo de gerência e da venda de bens de investimento, todas as suas componentes apresentam um decréscimo face ao ano anterior.

O decréscimo de 46,80 % nas transferências de capital, deve-se à redução da componente do FEF no valor de € 560.254 (não tendo ocorrido a devida compensação no FEF corrente) assim como, às verbas provenientes de fundos comunitários no valor de € 1.362.707.

Nos passivos financeiros, a redução deve-se ao facto de em 2013 o Município ter executado a totalidade do PAEL.

Nas outras receitas de capital o decréscimo deriva de, em 2013 o Município ter recebido a garantia bancária referente ao campo das coordoarias.



Composição da Receita	2013	2014
Receita Corrente / Receita Total	67,46%	91,92%
Receita Capital / Receita Total	32,54%	8,08%

Como, tradicionalmente, é, a receita corrente aquela que maior peso detém no conjunto da receita total.

Tendo acentuado esse peso de 2013 para 2014.

Peso das principais rubricas da receita, na receita Total	2013	2014
IM.I. / Receita Total	16,32%	24,25%
I.U.C. / Receita Total	3,02%	3,57%
Derrama / Receita Total	0,62%	1,07%
I.M.T. / Receita Total	3,59%	5,53%
Impostos Indirectos / Receita Total	1,84%	3,32%
Taxas, Multas e Outras Penalidades / Receita Total	8,71%	10,68%
O.E. (Total) / Receita Total	18,15%	21,38%
Venda Bens e Serviços / Receita Total	14,91%	21,30%
Fundos Comunitarios (Total) / Receita Total	5,84%	3,87%

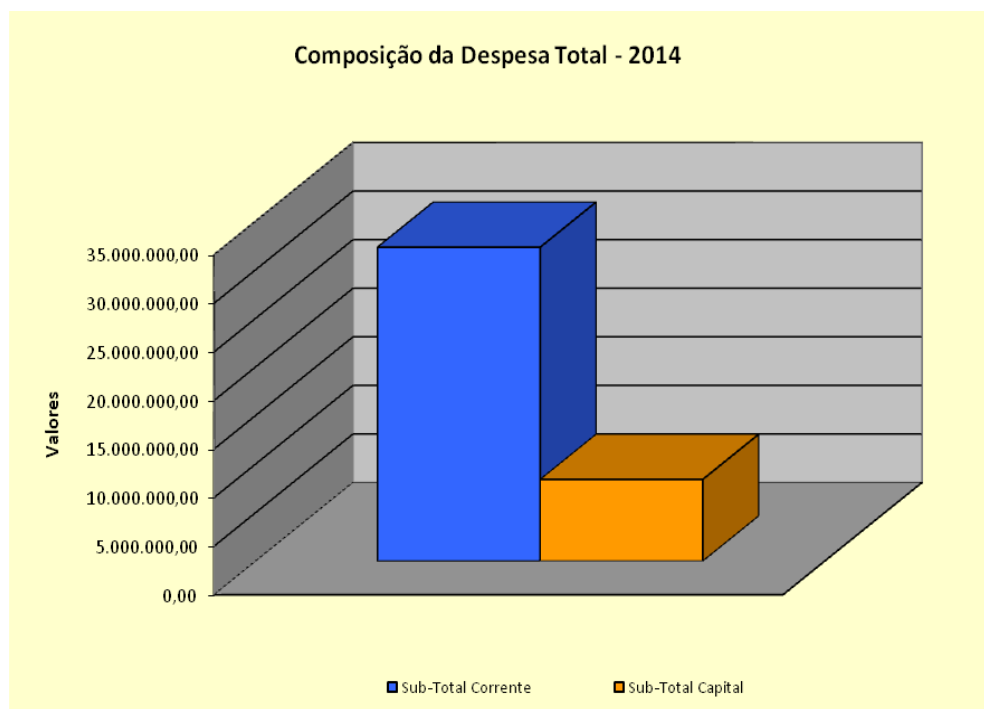
Pela análise destes, elementos, constata-se, um reforço do peso das receitas próprias do Município, que representam em 2014, 69,71 % da receita total face a 49,02 % em 2013. Destas, destaca-se a importância dos impostos directos com 34,42 % do total e da venda de bens e serviços com 21,30 %.

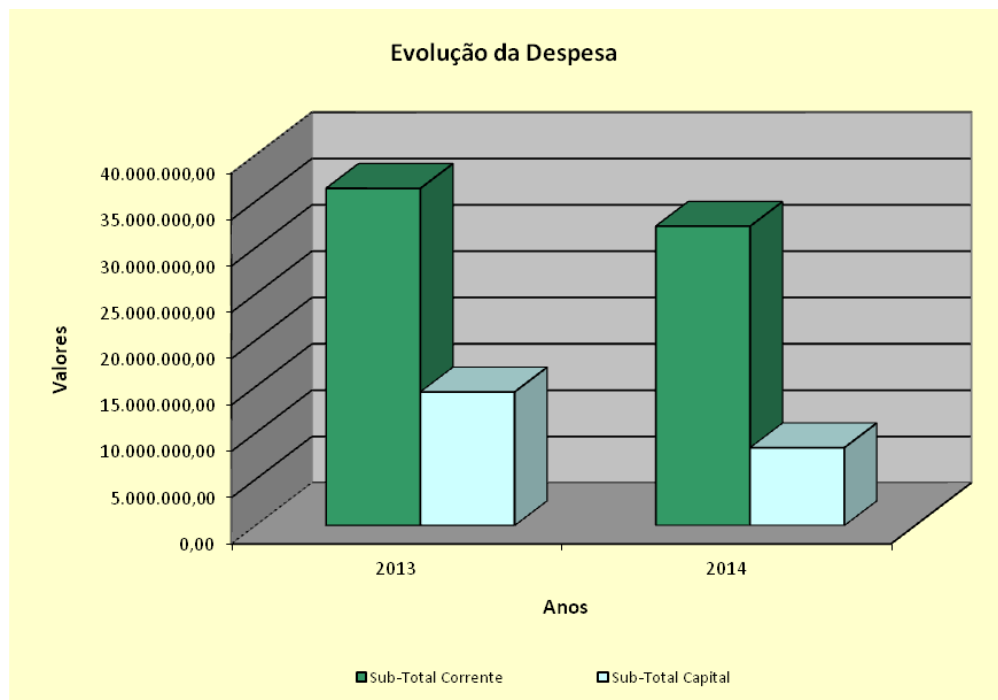
2. – Despesa

MAPA RESUMO DA DESPESA

Designação	2013		2014		Variação (3) - (1)	
	Realização	Execução	Realização	Execução		
	(1)	(2)	(3)	(4)		
Corrente						
01	Pessoal	16.705.340,57	97,64%	14.642.959,55	99,50%	-2.062.381,02
02	Aquisição de Bens e Serviços	15.628.547,78	80,61%	13.125.303,09	85,78%	-2.503.244,69
03	Juros e Outros Encargos	212.283,51	70,21%	531.848,12	93,29%	319.564,61
04	Transferências Correntes	3.790.381,95	99,73%	3.378.382,74	99,86%	-411.999,21
05	Subsídios	57.339,07	100,00%			-57.339,07
06	Outras Despesas Correntes	4.426,92	8,33%	631.560,86	93,33%	627.133,94
Sub-Total Corrente		36.398.319,80	89,41%	32.310.054,36	93,25%	-4.088.265,44
Capital						
07	Aquisição de Bens de Capital	10.775.778,52	65,22%	4.482.280,08	56,11%	-6.293.498,44
08	Transferências de Capital	510.139,42	52,04%	703.501,58	99,51%	193.362,16
10	Passivos Financeiros	3.141.208,40	88,53%	3.220.836,41	99,96%	79.628,01
Sub-Total Capital		14.427.126,34	68,53%	8.406.618,07	70,54%	-6.020.508,27
TOTAL GERAL		50.825.446,14	82,29%	40.716.672,43	87,44%	-10.108.773,71

De acordo com o mapa resumo da despesa, a despesa total de 2014, apresenta um decréscimo de € 10.108.773,71, ou seja, uma redução de 19,89 % comparativamente com o ano anterior.





A despesa corrente apresenta uma redução de € 4.088.265,44, ou seja, um decréscimo de 11,23 %, enquanto a de capital decresce € 6.020.508,27, ou seja, 41,73 %.

Esta redução global da despesa, deve-se, essencialmente, ao facto de em 2013, o Município ter liquidado a totalidade do PAEL.

Apesar do decréscimo registado em valores absolutos, em termos relativos, a execução foi superior à de 2013.

Relativamente às despesas correntes, estas tiveram uma realização de 93,25 %.

As despesas com o pessoal apresentam um decréscimo de € 2.062.381,02 i.é, uma redução de 12,35%.

Este decréscimo assenta, praticamente em todas as suas componentes, com exceção dos encargos do Município para com a Caixa Geral de Aposentações, que apresentam um aumento de € 223.094,14 e dos acidentes de serviço e doenças profissionais com um acréscimo de € 33.812,89.

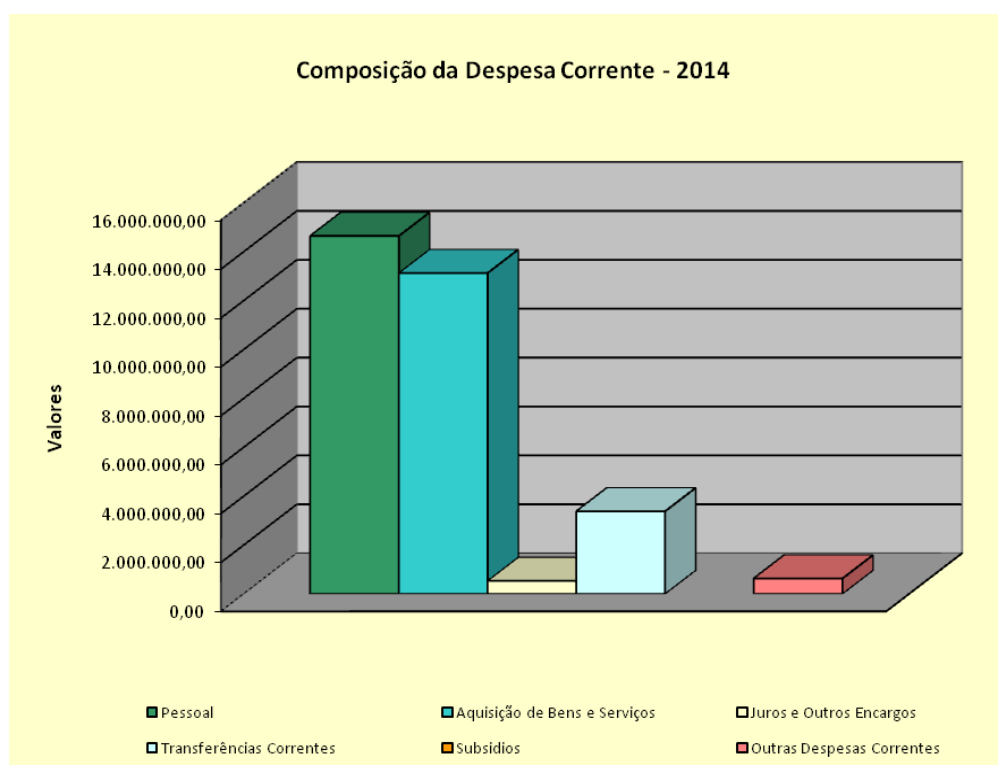
A aquisição de bens e serviços apresenta uma redução de 16,02 %, ou seja,- € 2.503.244,69, em termos absolutos.

Os encargos financeiros aumentam 150,54 %, ou seja, € 319.564,61. Nesta rubrica, importa destacar os juros de empréstimos que, mesmo considerando o pagamento de 2 prestações do PAEL. O seu valor é de € 323.013,56.

As transferências correntes, apresentam uma redução de € 411.999,21, ou seja, diminuem 10,87 %.

Esta redução, resulta em grande parte, das transferências correntes para os SMTCB que apresentam um decréscimo face ao ano anterior, tendo este, sido compensado nas outras componentes de financiamento, o que faz com que o financiamento global não sofra alterações.

As outras despesas correntes, apresentam um aumento de € 627.133,94, resultante da restituição de uma verba à OniTelecom no valor de € 500.000 assim como, da rubrica de indemnizações com um valor de € 113.857,50.

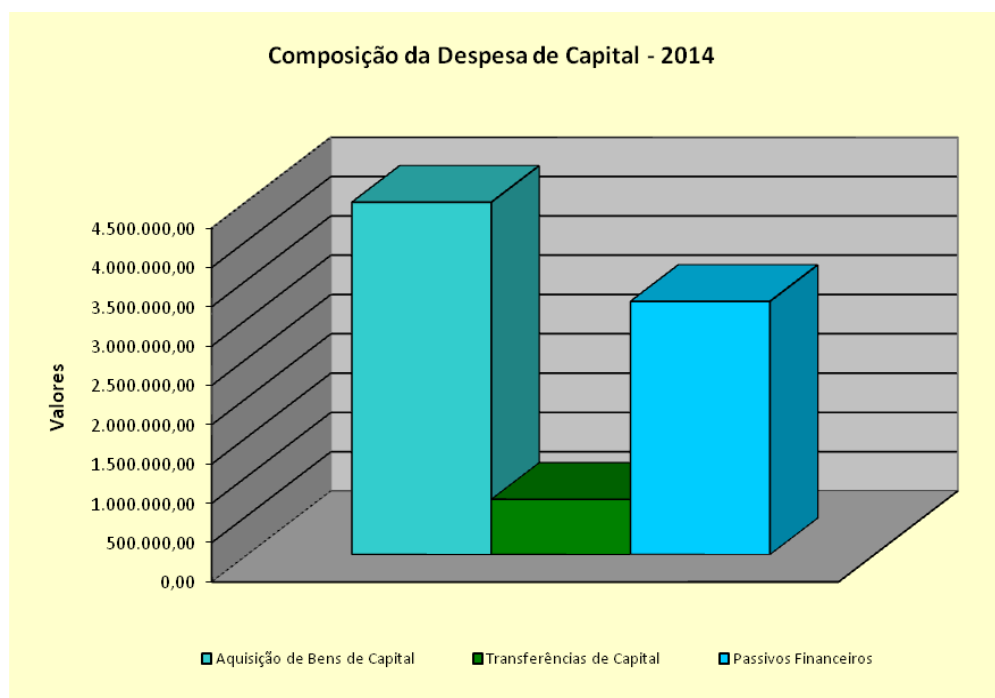


As despesas de capital com uma realização de 70,54 % apresentam um decréscimo de 41,73 % em relação a igual período de 2013.

Na rubrica, aquisição de bens de capital, verifica-se uma redução de € 6.293.498,44, ou seja, - 58,40 % face a 2013.

As transferências de capital apresentam um aumento de € 193.362,16, ou seja, 37,90 %, derivado, em grande parte, do reforço desta componente na transferência para os SMTCB.

Os passivos financeiros aumentam, mesmo com as prestações do PAEL, € 79,628,01, ou seja, 2,53 % face ao ano anterior.



SALDOS TRANSITADOS

Anos	Valor	Varição
2005/2006	4.584.605,59	-1.132.568,77
2006/2007	2.036.131,51	-2.548.474,08
2007/2008	1.557.727,79	-478.403,72
2008/2009	1.726.629,40	168.901,61
2009/2010	1.877.745,60	151.116,20
2010/2011	1.566.998,63	-310.746,97
2011/2012	1.203.925,73	-363.072,90
2012/2013	992.745,26	-211.180,47
2013/2014	1.069.916,00	77.170,74
2014/2015	2.135.378,11	1.065.462,11

O saldo para a gerência seguinte apresenta um aumento de € 1.065.462,11 em relação a 2013.

Grau de Cobertura da Despesa	2013	2014
Receita Corrente / Despesa Corrente	96,18%	121,91%
Receita Capital / Despesa Capital	117,05%	41,20%
Receita Total / Despesa Total	102,11%	105,24%

Pela leitura deste quadro, verifica-se que a receita corrente conseguiu suportar a totalidade da despesa corrente, assim como, um reforço do equilíbrio global de 102,11% em 2013 para 105,24% em 2014.

Composição da Despesa	2013	2014
Despesa Corrente / Despesa Total	71,61%	79,35%
Despesa Capital / Despesa Total	28,39%	20,65%

Houve um aumento do peso da despesa corrente nas despesas totais.

Estrutura da Despesa Corrente	2013	2014
Despesa Pessoal / Despesa Corrente	45,90%	45,32%
Aquisição de Serviços / Despesa Corrente	42,94%	40,62%
Transferências Correntes / Despesa Corrente	10,41%	10,46%
Encargos Financeiros / Despesa Corrente	0,58%	1,65%
Subsídios / Despesa Corrente	0,16%	0,00%

Da análise deste quadro, destaca-se a manutenção do peso das despesas com o pessoal no total da despesa corrente do Município, situando-se abaixo dos 50%.

Estrutura da Despesa Capital	2013	2014
Aquisição de bens de capital / Despesa Capital	74,69%	53,32%
Transferências de Capital / Despesa Capital	3,54%	8,37%
Passivos Financeiros / Despesa Capital	21,77%	38,31%

Verifica-se uma diminuição do peso das despesas com aquisição de bens de capital e um aumento dos passivos financeiros.

Peso das Principais Rubricas da Despesa na Despesa Total	2013	2014
Pessoal / Despesa Total	32,87%	35,96%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	30,75%	32,24%
Transferências Correntes / Despesa Total	7,46%	8,30%
Enc. Financeiros + Passivos Financeiros / Despesa Total	6,60%	9,22%
Aquisição de bens de capital / Despesa Total	21,20%	11,01%
Transferências Capital / Despesa Total	1,00%	1,73%

Da análise deste quadro, importa destacar o aumento das componentes da despesa correntes no peso do total da despesa do Município.

3. - Encargos com o Pessoal

EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS

Designação Anos	Pessoal do Quadro	Pessoal Fora do Quadro	Outros Pagamentos	Total
2010	11.168.087,47	715.025,49	4.622.395,53	16.505.508,49
2011	11.435.261,07	432.819,95	3.681.236,12	15.549.317,14
2012	9.988.073,50	556.593,87	3.255.372,77	13.800.040,14
2013	10.737.432,46	419.394,14	5.548.513,97	16.705.340,57
2014	10.419.382,66	305.848,26	3.917.728,63	14.642.959,55

Em 2014 houve uma redução nas despesas com o pessoal de 12,35 % em relação a 2013.

Se analisarmos todas as rubricas assinaladas, constatamos o seguinte:

- Pessoal do quadro, redução de 2,85 %;
- Pessoal fora do quadro, redução de 15,88 %
- Outros pagamentos redução de 35,28 %

Estas variações, resultam, conforme atrás descrito, por uma redução em praticamente todas as componentes desta rubrica com exceção, dos encargos do Município com a Caixa Geral de Aposentações e com os acidentes de serviço e doenças profissionais.

Cálculo dos Limites dos Encargos de Pessoal

Pessoal do Quadro 2014	10.419.382,66	
	<hr/>	= 29,76%
Receita Corrente 2013	35.008.565,81	
Pessoal Fora do Quadro 2014	305.848,26	
	<hr/>	= 2,94%
Pessoal do Quadro 2014	10.419.382,66	
Pessoal Fora do Quadro 2013	305.848,26	
	<hr/>	= 0,87%
Receita Corrente 2013	35.008.565,81	
Encargos Totais 2014	14.642.959,55	
	<hr/>	= 41,83%
Receita Corrente 2013	35.008.565,81	

De acordo com o Decreto – Lei n.º 116/84 de 6 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto – Lei n.º 44/85 de 13 de Setembro, as despesas com o pessoal do quadro não podem exceder 60% das receitas correntes do ano anterior e as despesas com pessoal em qualquer outra situação não podem exceder 25% dos referidos encargos.

Desta forma, conclui-se, que em relação ao pessoal do quadro o limite imposto por lei está longe de ser atingido, o mesmo acontecendo com o pessoal em qualquer outra situação.

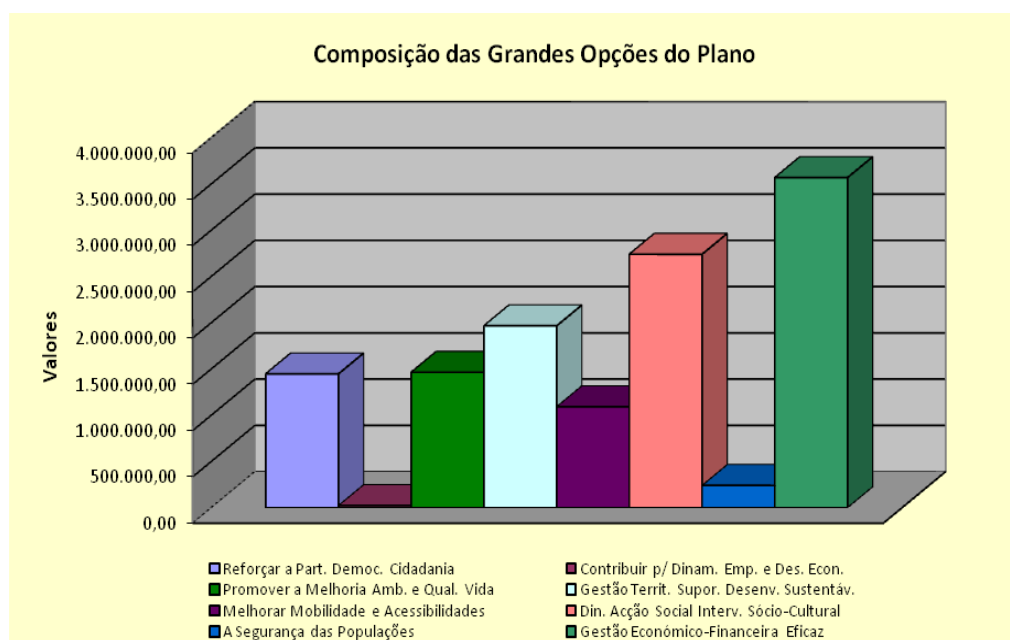
4. – Grandes Opções do Plano

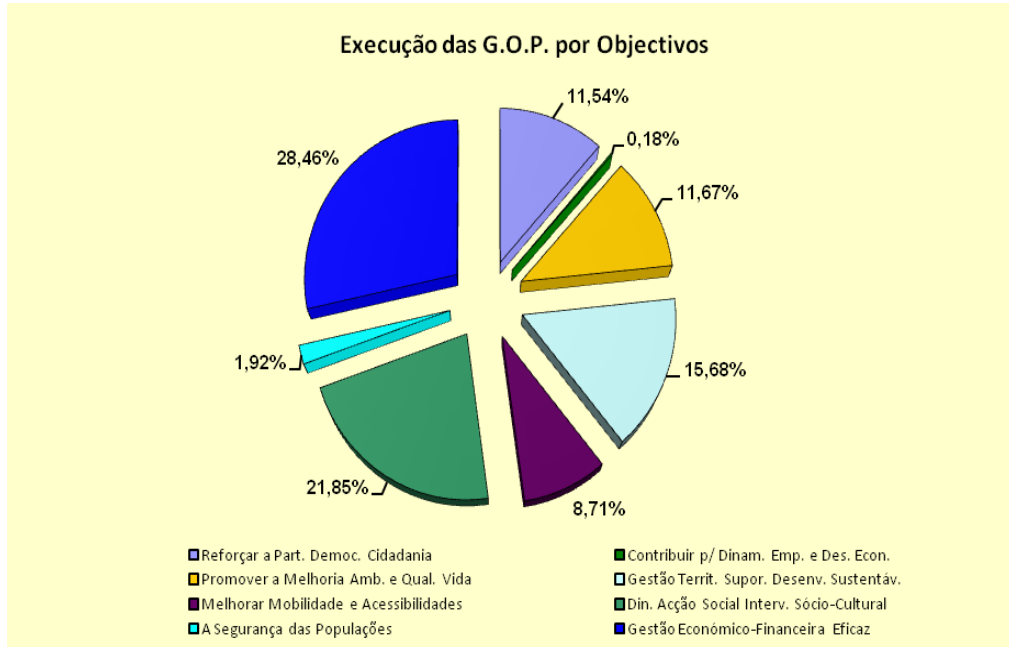
As grandes opções do plano (G.O.P.) são constituídas pelo plano plurianual de investimentos (P.P.I.) e pelas acções mais relevantes (A.M.R.).

Em 2014 a dotação global das G.O.P. foi de € 16.234.496 o que corresponde a 34,86% da dotação global do orçamento, sendo a sua execução de 77,22%.

GRAU DE EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Designação	G.O.P.		P.P.I.	A.M.R.
	Realização	Execução	Realização	Realização
01 Reforçar a Part. Democ. Cidadania	1.446.482,62	94,56%	141.889,78	1.304.592,84
02 Contribuir p/ Dinam. Emp. e Des. Econ.	22.935,13	36,41%	10.295,10	12.640,03
03 Promover a Melhoria Amb. e Qual. Vida	1.463.467,94	45,22%	1.293.951,91	169.516,03
04 Gestão Territ. Supor. Desenv. Sustentáv.	1.965.253,04	69,26%	1.965.253,04	
05 Melhorar Mobilidade e Acessibilidades	1.091.323,00	77,09%	91.323,00	1.000.000,00
06 Din. Acção Social Interv. Sócio-Cultural	2.739.149,65	84,52%	632.200,55	2.106.949,10
07 A Segurança das Populações	240.123,00	99,93%		240.123,00
08 Gestão Económico-Financeira Eficaz	3.567.756,13	97,17%	346.919,72	3.220.836,41
Total	12.536.490,51	77,22%	4.481.833,10	8.054.657,41





III – Estudo da Evolução Económico - Financeira

A presente análise económico – financeira tem por objetivo dar a conhecer os resultados alcançados pelo Município do Barreiro no exercício de 2014 bem como, a sua situação patrimonial e financeira no mesmo período.

Para o efeito, foram tidos em consideração o balanço e a demonstração de resultados líquidos em 31 de Dezembro de 2014 e a respetiva comparação com o exercício de 2013

Serão ainda elaborados alguns rácios de apoio à gestão de modo a tornar a análise interpretativa, dos elementos apresentados, mais perceptível.

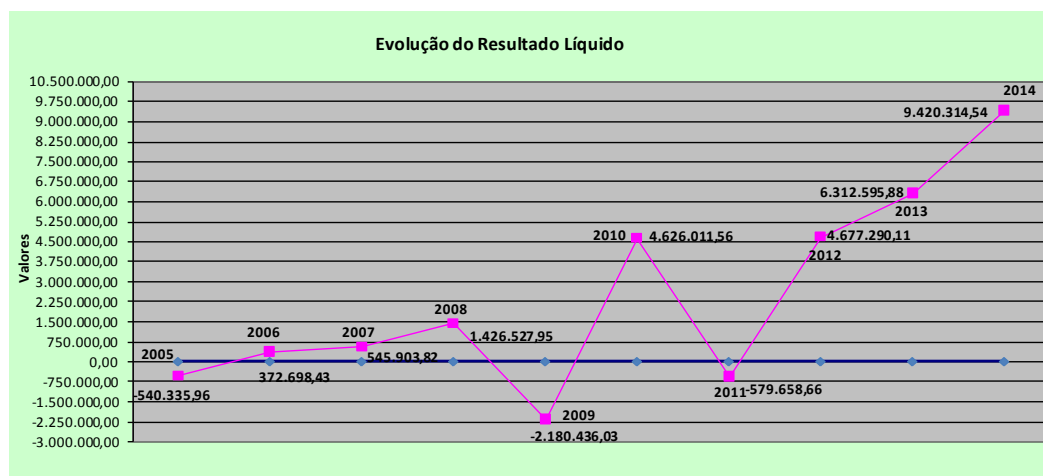
1 – Análise à Demonstração de Resultados Líquidos

Análise Comparativa de Custos, Proveitos e Resultados						
Código de Contas	Designação	2014	%	2013	%	Δ %
	Custos e Perdas					
61	Custo merc. Vend.materias consumidas	540.823,44	1,63%	393.599,96	1,15%	37,40%
62	Fornecimentos e serviços externos	10.965.398,73	33,04%	11.572.886,34	33,68%	-5,25%
63	Transf. e subs. corr. conc. e prest. sociais	3.329.733,08	10,03%	3.739.918,34	10,88%	-10,97%
64	Custos c/ pessoal	14.418.057,34	43,45%	15.248.204,05	44,37%	-5,44%
65	Outros custos e perdas operacionais	50.169,52	0,15%	47.530,24	0,14%	5,55%
66	Amortizações do exercício	1.564.610,23	4,71%	1.478.670,20	4,30%	5,81%
67	Provisões do exercício	65.317,82	0,20%	160.322,23	0,47%	-59,26%
	(A)	30.934.110,16	93,21%	32.641.131,36	94,99%	-5,23%
68	Custos e perdas financeiras	616.081,05	1,86%	683.948,58	1,99%	-9,92%
	(C)	31.550.191,21	95,07%	33.325.079,94	96,98%	-5,33%
69	Custos e perdas extraordinárias	1.636.022,03	4,93%	1.037.420,16	3,02%	57,70%
	(E)	33.186.213,24	100,00%	34.362.500,10	100,00%	-3,42%
88	Resultado líquido do exercício	9.420.314,54	28,39%	6.312.595,88	18,37%	-49,23%
	Total	42.606.527,78		40.675.095,98		4,75%
Proveitos e Ganhos						
711	Vendas	2.204.747,02	5,17%	3.793.286,79	8,90%	-41,88%
712	Prestações de serviços	5.175.316,56	12,15%	3.325.386,17	7,80%	55,63%
72	Impostos e taxas	21.480.351,58	50,42%	19.471.589,33	45,70%	10,32%
73	Proveitos suplementares	43.901,31	0,10%	67.408,02	0,16%	-34,87%
74	Transferências e subsídios obtidos	11.199.734,28	26,29%	10.972.965,91	25,75%	2,07%
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	72.316,83	0,17%	0,00%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	1.052.335,96	2,47%	527.097,34	1,24%	99,65%
	(B)	41.156.386,71	96,60%	38.230.050,39	89,73%	7,65%
78	Proveitos e ganhos financeiros	50.532,34	0,12%	59.558,32	0,14%	-15,15%
	(D)	41.206.919,05	96,72%	38.289.608,71	89,87%	7,62%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.399.608,73	3,28%	2.385.487,27	5,60%	-41,33%
	(F)	42.606.527,78	100,00%	40.675.095,98	95,47%	4,75%
	Resultados Operacionais (B) - (A)	10.222.276,55		5.588.919,03		82,90%
	Resultados Financeiros (D - B) - (C - A)	-565.548,71		-624.390,26		-9,42%
	Resultados Correntes (D) - (C)	9.656.727,84		4.964.528,77		94,51%
	Resultado líquido do exercício (F) - (E)	9.420.314,54		6.312.595,88		49,23%

Nota: Não inclui Resultados Extraordinários do Exercício de acordo com o modelo da Demonstração de Resultados

No exercício de 2014 o Município do Barreiro, encerra com um resultado líquido positivo € 9.420.314,54.

Este resultado é influenciado, fundamentalmente, por uma diminuição dos custos em 3,42 %, e por um aumento dos proveitos em 4,75 %.



Resultados Operacionais

Os resultados operacionais tiveram um aumento de 82,90 %.

Continuam positivos e comparados com o ano de 2013, passaram de € 5.588.919,03 para € 10.222.276,55 ou seja, tiveram um aumento de € 4.633.357,52.

A justificação deve-se ao fato dos custos operacionais terem diminuído 5,23 %, ou seja, € 1.707.021,20 e os proveitos operacionais um acréscimo de 7,65 %, i.é, € 2.926.336,32.

Os **custos operacionais** tiveram as seguintes mutações:

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas ascendeu a € 540.823,44 e aumentou, em relação a 2013, 37,40 %.

Os fornecimentos e serviços externos diminuíram, em relação ao ano de 2013, 5,25 %, ou seja, € 607.487,61.

As transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, diminuíram 10,97 %, que em termos absolutos, equivale a € 410.185,26.

Os custos com o pessoal diminuíram 5,44 % o que corresponde em termos absolutos a € 830.146,71.

Os outros custos e perdas operacionais continuam sem expressão significativa, aumentaram € 2.639,28.

As amortizações do exercício aumentaram € 85.940,03 que percentualmente equivale a 5,81 %.

As provisões do exercício diminuíram € 95.004,41, em termos relativos equivalem a 59,26 %.



Nos **Proveitos Operacionais**, destaca-se o seguinte:

As vendas diminuíram 41,88 %, o que em termos absolutos perfaz uma diminuição de € 1.588.539,77, enquanto as prestações de serviços aumentaram 55,63 %, ou seja, em termos absolutos apresentam um acréscimo de € 1.849.930,39. No seu conjunto, tiveram um aumento de € 261.390,62.

Esta variação (entre o valor das vendas e da prestação de serviços) deveu-se, ao facto de em 2013 a componente fixa de água estar na venda de bens e em 2014 ter sido reclassificada para prestação de serviços.

Os impostos e taxas tiveram um acréscimo de € 2.008.762,25 o que equivale a 10,32 %.

Os proveitos suplementares diminuíram € 23.506,71.

As transferências e subsídios obtidos tiveram um acréscimo de € 226.768,37, que em termos relativos corresponde a 2,07 %.

Os outros proveitos e ganhos operacionais aumentaram € 525.238,62.

Resultados Financeiros

Relativamente aos resultados financeiros, continuam negativos e ascenderam a - € 565.548,71, ou seja, registaram uma melhoria 9,42 %.

Os custos financeiros ascenderam a € 616.081,05 e diminuíram 9,92 % em relação a 2013.

Os proveitos financeiros ascenderam a € 50.532,34, tendo diminuído 15,15 % em relação a 2013.

Resultados Correntes

A conjugação dos resultados operacionais com os resultados financeiros, reflectem resultados correntes positivos no montante de € 9.656.727,84.

No ano de 2013 este valor foi de € 4.964.528,77.

Houve um aumento destes resultados em 94,51 %.

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido positivo ascende a € 9.420.314,54.

No ano de 2013 este resultado foi de € 6.312.595,88.

2 – Análise ao Balanço

Análise Comparativa de Balanços

Código de Contas	Activo	2014	%	2013	2013 ajustado	%	Δ %
	Imobilizado						
45	Bens de domínio público	7.678.983,53	6,16%	5.458.480,65	5.458.480,65	6,17%	40,68%
43	Imobilizações incorpóreas	2.774,78	0,002%			0,00%	
42	Imobilizações corpóreas	92.360.846,73	74,04%	61.840.924,48	61.840.924,48	69,86%	49,35%
44	Imobilizado em curso	385.076,64	0,31%	543.097,44	543.097,44	0,61%	-29,10%
41	Investimentos financeiros	2.787.251,00	2,23%	2.787.251,00	2.787.251,00	3,15%	0,00%
	Total Imobilizado Líquido	103.214.932,68	82,74%	70.629.753,57	70.629.753,57	79,79%	46,14%
	Circulante						
	Existências						
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	206.826,00	0,17%	148.281,06	148.281,06	0,17%	39,48%
	Dívidas de terceiros-C/P						
21	Clientes, contribuintes e utentes	1.060.878,23	0,85%	1.308.747,95	1.308.747,95	1,48%	-18,94%
24	Estado e outros entes públicos	289.366,66	0,23%	308.536,61	308.536,61	0,35%	-6,21%
26	Outros devedores	6.682,38	0,01%	165.874,72	165.874,72	0,19%	-95,97%
	Total das Dívidas de Terceiros	1.356.927,27	1,09%	1.783.159,28	1.783.159,28	2,01%	-23,90%
	Dep. instit. financeiras e caixa						
18	Outras Aplicações de Tesouraria		0,00%	1.110.787,53	1.110.787,53	1,25%	-100,00%
15	Títulos Negociáveis	48.191,83	0,04%			0,00%	
12	Depósitos em instituições financeiras	3.000.382,84	2,41%	835.232,98	835.232,98	0,94%	259,23%
11	Caixa	8.414,10	0,01%	8.048,78	8.048,78	0,01%	4,54%
	Total das Disponibilidades	3.056.988,77	2,45%	1.954.069,29	1.954.069,29	2,21%	56,44%
	Total do Activo Circulante	4.413.916,04	3,54%	3.737.228,57	3.737.228,57	4,22%	18,11%
	Acréscimos e diferimentos						
27	Acréscimos e diferimentos	16.907.042,16	13,55%	14.001.677,23	14.001.677,23	15,82%	20,75%
	Total Activo Líquido	124.742.716,88	100,00%	88.516.940,43	88.516.940,43	100,00%	40,93%
	Fundos Próprios						
51	Património	35.515.241,83	28,47%	21.759.066,03	21.759.066,03	24,58%	63,22%
57	Reservas Legais	1.165.847,55	0,93%	850.217,76	850.217,76	0,96%	37,12%
59	Resultados transitados	35.165.781,26	28,19%	13.756.175,80	13.756.175,80	15,54%	155,64%
88	Resultado líquido exercício	9.420.314,54	7,55%	6.312.595,88	6.312.595,88	7,13%	49,23%
	Total dos Fundos Próprios	81.267.185,18	65,15%	42.678.055,47	42.678.055,47	48,21%	90,42%
	Passivo						
	Dívidas a terceiros - M/L						
23	Dívidas a instituições de crédito	16.251.782,47	13,03%	22.416.425,14	19.195.589,14	21,69%	-15,34%
2613	Fornecedores de imobilizado - Leasing	553.308,22	0,44%	833.741,70	694.234,78	0,78%	-20,30%
227	Fornecedores c/c médio e longo prazo	1.946.035,22	1,56%	4.522.435,25	2.981.372,40	3,37%	-34,73%
2617	Fornecedores imobilizado - médio e longo prazo		0,00%	538.673,36	175.937,53	0,20%	-100,00%
268	Outros credores de médio e longo prazo	717.367,80	0,58%			0,00%	
	Total de Dívidas a Terceiros - M/L	19.468.493,71	15,61%	28.311.275,45	23.047.133,85	26,04%	-15,53%
	Dívidas a terceiros - C/P						
2311	Empréstimos de curto prazo	3.107.538,49	2,49%		3.220.836,00	3,64%	-3,52%
221	Fornecedores c/c	3.005.350,45	2,41%	2.262.846,39	3.803.909,24	4,30%	-20,99%
228	Fornecedores - faturas em receção e conferência	705.621,96	0,57%	847.815,77	847.815,77	0,96%	-16,77%
21	Clientes	4.713,61	0,00%	4.713,61	4.713,61	0,01%	0,00%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	438.499,61	0,35%	125.254,21	487.990,04	0,55%	-10,14%
24	Estado e outros entes públicos	422.523,02	0,34%	268.674,92	268.674,92	0,30%	57,26%
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	2.038.949,41	1,63%	1.454.189,36	1.454.189,36	1,64%	40,21%
2612	Fornecedores Leasing c/p	140.926,56	0,11%		139.506,92	0,16%	1,02%
2618	Fornecedores imobilizado - faturas em receção e conferência	24.730,78	0,02%	9.891,54	9.891,54	0,01%	150,02%
	Total de Dívidas a Terceiros - C/P	9.888.853,89	7,93%	4.973.385,80	10.237.527,40	11,57%	-3,41%
	Acréscimos e diferimentos						
27	Acréscimos e diferimentos	14.118.184,10	11,32%	12.554.223,71	12.554.223,71	14,18%	12,46%
	Total do Passivo	43.475.531,70	34,85%	45.838.884,96	45.838.884,96	51,79%	-5,16%
	Total dos Fundos Próprios e do Passivo	124.742.716,88	100,00%	88.516.940,43	88.516.940,43	100,00%	40,93%

Através da análise comparativa dos balanços, constata-se que nas rubricas do activo imobilizado líquido, há um acréscimo global de 46,14 %, ou seja, um incremento de € 32.585.179,03, essencialmente por incorporação, no património do município, das redes de água e saneamento.



O activo imobilizado líquido representa 82,74 % do total do activo líquido do Município.

O activo imobilizado corpóreo líquido representa cerca de 74,04 % do total do activo líquido do município, tendo sofrido um acréscimo de 49,35 % em relação ao ano anterior.

O activo líquido total aumentou 40,93 %.

Relativamente às dívidas de terceiros a curto prazo, liquidadas de provisões, confirma-se, a sua tendência decrescente.

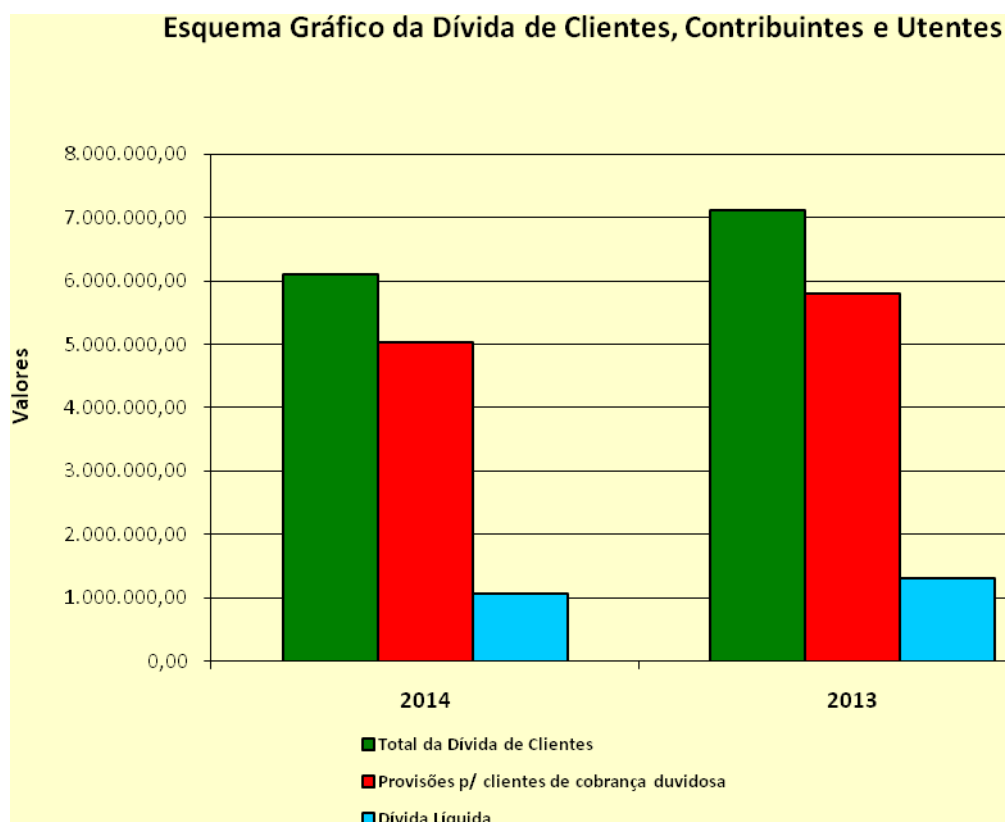
Representam no final de 2014, 1,09 % do total do activo líquido, tendo diminuído em relação a 2013 cerca de 23,90 %, ou seja, € 426.232,01.

A maior componente deste grupo são os clientes, contribuintes e utentes, cujo valor líquido de provisões diminuiu de € 1.308.747,95 em 2013 para 1.060.878,23 em 2014 (conforme quadro abaixo).

Em termos relativos, teve um decréscimo de 18,94 %.

Para este resultado, contribuiu significativamente, a dívida recuperada em 2014 por via de execuções fiscais no montante de € 810.075,70 tendo esta recuperação, sido superior ao ano anterior € 418.703,82.

Código de Contas do Balanço	Designação	2014	%	2013	%
211	Clientes C/c	604.645,99	9,92%	694.292,21	9,76%
212	Contribuintes C/c	390.713,15	6,41%	467.726,44	6,57%
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	5.096.926,99	83,66%	5.954.272,02	83,67%
	Total da Dívida de Clientes	6.092.286,13	100,00%	7.116.290,67	100,00%
29	Provisões p/ clientes de cobrança duvidosa	5.031.407,90	82,59%	5.807.542,72	81,61%
	Dívida Líquida	1.060.878,23	17,41%	1.308.747,95	18,39%



As disponibilidades aumentaram 56,44 %, no final de 2014 representam 2,45 % do total do activo líquido total.

O valor total das disponibilidades, no final de 2014 é inferior em € 7.549.232,92 ao montante das dívidas a terceiros de curto prazo o que equivale a 28,82 % daquele valor.

A composição dos Fundos Próprios é a seguinte:

Resultado Líquido do Exercício	€ 9.420.314,54
Reservas legais	€ 1.165.847,55
Resultados transitados	€ 35.165.781,26
Património	€ 35.515.241,83



Em 31 de Dezembro de 2014 os fundos próprios ascendem a 65,15 % do total dos fundos próprios e do passivo e a conta 51 – Património corresponde a 28,47 % daquele item.

No que se refere ao passivo, este apresenta uma redução de 5,16% face a 2013.

Para que a análise ao balanço seja comparável, foram re - expressas as quantias referentes ao balanço de 2013, nas dívidas a terceiros no qual, foram adicionados ao curto prazo e conseqüentemente retirados ao médio e longo prazo, as obrigações a liquidar em 2014 com empréstimos, leasing's e acordos de fornecedores.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo no valor € 19.468.493,71 representam 15,61 % do total dos fundos próprios e do passivo.

Este valor, engloba, para além dos empréstimos de médio e longo prazo do Município, as operações de consolidação de dívida efetuadas, nomeadamente o PAEL, assim como, acordo com a Simarsul e Amarsul, para além do valor a liquidar à Cabovisão em 2016, os quais justificam a dívida a fornecedores e outros credores, evidenciada no passivo de médio e longo prazo.

As referidas dívidas a terceiros de médio e longo prazo, diminuíram € 3.578.640,14 e, em relação ao ano de 2013, representa menos 15,53 %.

As dívidas a terceiros a curto prazo no valor € 9.888.853,99 representam 7,93 % do total dos fundos próprios e do passivo.

Esta rubrica diminuiu em relação ao ano de 2013 o montante de € 348.673,51, o que representa uma redução de 3,41%.

3 – Evolução das Dívidas de Curto, Médio e Longo Prazo

Dívidas de Terceiros	2010	2011	2012	2013	2014
Curto Prazo	7.431.271,31	7.875.157,95	8.304.554,14	7.640.379,76	6.441.821,59
Provisões	-6.358.916,79	-6.545.442,63	-6.058.191,28	-5.857.220,48	-5.084.894,32
Total	1.072.354,52	1.329.715,32	2.246.362,86	1.783.159,28	1.356.927,27
Dívidas a Terceiros					
Médio e Longo Prazo					
Instituições de Crédito	21.286.229,61	18.217.275,60	15.356.253,93	19.195.589,14	16.251.782,47
Outros Credores (Leasing's)	1.347.198,97	1.146.953,27	972.916,02	694.234,78	553.308,22
Fornecedores		1.579.393,33	6.901.141,66	3.157.309,93	1.946.035,22
Outros credores					717.367,80
Sub-Total (Médio e Longo Prazo)	22.633.428,58	20.943.622,20	23.230.311,61	23.047.133,85	19.468.493,71
Curto Prazo	14.116.914,77	22.989.408,44	15.199.658,68	10.237.527,40	9.888.853,89
Total	36.750.343,35	43.933.030,64	38.429.970,29	33.284.661,25	29.357.347,60

Resultado de um conjunto de medidas referidas anteriormente, em 2014 verifica-se uma redução do endividamento global do Município no montante de € 3.927.313,65.

Em relação à dívida global a fornecedores (curto e médio e longo prazo) regista-se uma redução de € 2.186.678,50 face ao ano anterior.

Durante o ano de 2014, Município liquidou, mensalmente, todas as faturas vencidas com mais de 90 dias pelo que é possível afirmar que de acordo com a LCPA, não existem pagamentos em atraso no final de 2014, dando assim total cumprimento ao estabelecido na Lei de Orçamento de Estado para 2014.

Tal situação, tem permitido ao Município, consolidar a sua capacidade negocial junto dos seus fornecedores.

Esta situação conjugada com um rigoroso controlo orçamental, levou a que o prazo médio de pagamentos a fornecedores no final de 2014 (dados provisórios via DGAL) seja de 76 dias.

Este dado, permite ao Município conseguir redução nas taxas de juro a pagar com os empréstimos do PPTH e PREDE.

Importa ainda analisar a dívida total do Município tendo em conta o disposto no artigo 52.º da Lei 73/2013.



Considerando os cálculos apresentados pela DGAL de acordo com as regras definidas, o Município do Barreiro, iniciou o ano de 2014 com um limite total de € 59.908.555.

Com base nos dados finais de 2013 (fonte DGAL) a dívida total era a 1 de janeiro de € 35.816,310, pelo que, no final de 2014, o município apenas poderia aumentar este montante em 20% da diferença entre o limite total e a dívida registada a 1 de janeiro, isto é, € 4.818.449.

De salientar que tanto o limite da dívida total como o seu montante atual, inclui para além do Município, os SMTCB e entidades participadas, nomeadamente AMRS, AML e AIA.

No final de 2014, a dívida total registada é de € 30.436.300 o que equivale a uma redução de 15,02% face ao inicial de 2014 e uma margem por utilizar de € 10.198.458.

Posto isto, é possível afirmar que o Município não só cumpriu com os limites estabelecidos como reduziu a sua dívida total muito para além do obrigatório por lei.

4 – Rácios de Apoio à Gestão

1 - Autofinanciamento	2014	2013	2012	2011	2010
Resultado Líquido do Exercício	9.420.314,54	6.312.595,88	4.677.290,11	-579.658,66	4.626.011,56
Amortizações do Exercício	1.564.610,23	1.478.670,20	1.557.935,28	1.659.560,79	1.781.552,50
Provisões do exercício	65.317,82	160.322,23	229.901,87	187.940,39	630.766,67
Total do Autofinanciamento	11.050.242,59	7.951.588,31	1.267.842,52	1.267.842,52	7.038.330,73

2 - Autonomia Financeira	2014	2013	2012	2011	2010
Capital Próprio / Activo Líquido Total	65,15%	48,21%	43,84%	39,22%	40,79%

Este rácio mede a solvabilidade e indica o grau de cobertura do activo líquido pelo capital próprio.

Quanto mais elevado o seu valor maior a independência financeira terá a Instituição.

Se este rácio assumir valores inferiores a 30%, evidenciará forte dependência financeira.

O Ano de 2014 apresenta uma melhoria significativa face ao ano anterior.

3 - Cobertura do Imobilizado	2014	2013	2012	2011	2010
Recursos Estáveis / Activo Imobilizado Bruto	101,54%	69,00%	98,21%	91,58%	95,25%

Este rácio, indica em que medida os valores imobilizados brutos estão cobertos por recursos estáveis.

Deve assumir valores superiores a 100%.

4 - Taxa de Endividamento	2014	2013	2012	2011	2010
Capitais Alheios de Curto Prazo / Recursos Próprios	8,73%	11,44%	21,74%	35,35%	21,95%

Este rácio tem como finalidade evidenciar a relação entre os capitais alheios de curto prazo e os recursos próprios.

Quanto mais baixo o seu valor maior independência terá a instituição.

5 - Coeficiente Activo Bruto Total / Recursos Próprios	2014	2013	2012	2011	2010
Activo Bruto Total / Recursos Próprios	139,40%	280,96%	168,98%	180,31%	177,49%

Este rácio reflecte o grau de dependência do Município perante os seus credores.

Verificou-se uma evolução positiva face ao ano de 2013.

6 - Líquidez Geral	2014	2013	2012	2011	2010
(Disponibilidades + Dívidas de Terceiros C/P + Existências + Títulos Negociáveis) / Dívidas a Terceiros de Curto Prazo	46,73%	37,95%	15,50%	26,16%	26,16%

O resultado deste rácio, indica a capacidade do activo circulante fazer face às nossas dívidas a curto prazo.

7 - Líquidez Reduzida	2014	2013	2012	2011	2010
(Disponibilidades + Títulos Negociáveis) / Dívidas a Terceiros de Curto Prazo	30,91%	19,09%	10,18%	7,77%	15,60%



Este rácio indica-nos a capacidade de solvência dos nossos compromissos no imediato.

8 - Cobertura do Passivo	2014	2013	2012	2011	2010
Fundos Próprios / Passivo Total	186,93%	93,10%	78,06%	64,54%	68,89%

Em forma de conclusão, e da análise efectuada ao balanço e aos rácios apresentados, podemos concluir o seguinte:

Um aumento no total dos fundos próprios, passando de € 42.678.055,47 em 2013 para € 81.267.185,18, conforme explicações anteriores;

Uma franca melhoria da estrutura do balanço, por via da diminuição do valor do passivo total, na sequência da reestruturação das dívidas de curto, médio e longo prazo, na tentativa de melhoria dos custos financeiros.

Aumento significativo dos fundos próprios.

Aumento do activo imobilizado corpóreo.

Uma melhoria significativa dos rácios apresentados.

Legenda:

Financiamento – Inclui dívidas a Instituições de Crédito de Curto, Médio e Longo Prazo;

Recursos Próprios – É o conjunto das rubricas de Capital, Resultados Transitados, Resultado Líquido do Exercício, Amortizações e Provisões;

Recursos Estáveis – É o somatório do Financiamento com os Recursos Próprios.



5 – Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do ponto 2.7.3. do Decreto – Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 “resultados transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) – Reforço do património;
- b) – Constituição ou reforço de reservas.

Refere ainda que é obrigatório o reforço no património até o valor contabilístico da conta 51 “património” corresponder a 20% do activo líquido.

Contudo e, sem prejuízo do anteriormente referido, deve constituir-se reforço anual da conta 571 “reservas legais”, no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Considerando que o resultado líquido do exercício é positivo e ascende a € 9.420.314,54 propõe-se:

- 1 – Que seja transferido para a conta de resultados transitados.
- 2 – Que se reforce a conta de reservas legais com 5 % do resultado líquido, ou seja, € 471.015,73.
- 3 – Que seja transferido para a conta de património o montante de € 35.165.781,26.



FICHA TÉCNICA

- **Prestação de Contas e Relatório de Gestão**

Elaborado sob a responsabilidade da Câmara Municipal do Barreiro, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

- **Preparação, Tratamento e Análise Técnica dos Documentos de Prestação de Contas, Relatório de Gestão e Consolidação de Contas.**

Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial

Barreiro, Março de 2015